

Os subsídios destinados ao sector das pescas devem apoiar a implementação da Política Comum das Pescas

Votação em plenário a realizar em 23 de outubro de 2013 sobre o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

(A7-0282/2013 - 2011/0380(COD))

Relator: Alain Cadec (PPE)

Em fevereiro, o Parlamento Europeu deu um passo decisivo ao votar a favor de uma nova regulamentação sobre a Política Comum das Pescas (PCP). As novas normas ambicionam pôr um fim à sobrepesca e colocar as atividades piscatórias europeias no caminho para a sustentabilidade e rentabilidade. A próxima votação em plenário sobre o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) – o instrumento financeiro da PCP – constitui uma oportunidade única para garantir que o dinheiro dos contribuintes da União Europeia apoiará a implementação de uma PCP reformada e que alcançará os seus objetivos ambiciosos.

Para esse efeito, a BirdLife Europe, a Greenpeace, a Oceana, a OCEAN2012 e a WWF apelam aos eurodeputados que votem num FEAMP que:

- **Aumente a assistência financeira destinada à recolha de dados, controlo e aplicação da lei; e**
- **Ponha um fim aos subsídios que incentivem a sobrepesca.**

Maior assistência financeira para a recolha de dados, controlo e aplicação da lei

Atualmente, os subsídios anuais da União Europeia atribuídos ao setor das pescas correspondem aproximadamente a 836 milhões de euros para medidas estruturais e a 156 milhões de euros para acordos de parceria no domínio das pescas. Ao mesmo tempo, anualmente são designados apenas 50 milhões de euros para investigação e recolha de dados, bem como para medidas de controlo e aplicação da lei. Recentemente, o Tribunal de Contas da União Europeia criticou este montante, considerando-o insuficiente.¹

Uma eficaz recolha de dados, controlo e aplicação da lei constituem precondições essenciais para a gestão responsável das atividades piscatórias. Ainda assim, existe uma carência de dados adequados em relação a metade das unidades populacionais de peixes existentes no Atlântico Nordeste e em águas adjacentes² e diversos Estados-Membros receberam relatórios contundentes relativamente à forma como fazem a monitorização e aplicação da lei³. Além disso, a falta de um controlo e aplicação da lei eficazes impede condições equitativas de concorrência entre todos os operadores do setor da pesca e ameaça comprometer a implementação acordada da proibição de devoluções ao mar.

A proposta da Comissão sugere apenas pequenas alterações ao padrão das despesas correntes (FEAMP, Artigo 15). Estas alterações propostas não são suficientes para apoiar a gestão melhorada, acordada em junho entre o Parlamento e o Conselho.

Recomendações das ONG:

¹ Consultar por exemplo o Relatório Especial N.º 7/2007, parágrafos 10 e ## do Tribunal de Contas Europeu (2007).

² Comunicação da Comissão ao Conselho respeitante a uma consulta sobre Possibilidades de Pesca para 2014; COM(2013) 319 final

³ Relatórios Especiais sobre as pescas N.º 7/2007 e 12/2011 do Tribunal de Contas Europeu.

- *Duplicar a quantia destinada à recolha de dados, controlo e aplicação da lei relativamente à proposta da Comissão.*
- *Providenciar aos Estados-Membros a flexibilidade de transferir as ajudas complementares destinadas a medidas estruturais (Art. 15.2) para atividades de controlo, aplicação da lei (Art. 15.3) e recolha de dados (Art. 15.4). Isto poderia ser feito facilmente mediante a alteração da atribuição do financiamento global e adicionando a palavra «mínimo» e «máximo» aos parágrafos correspondentes.*

Pôr um fim aos subsídios que incentivam a sobrepesca

Durante períodos de financiamento recentes, os subsídios foram utilizados para aumentar a capacidade da frota da União Europeia (frequentemente para além de limites sustentáveis), através do financiamento de novas embarcações, novos motores e da realização de pagamentos para deixar embarcações imobilizadas em porto (cessação temporária). Por exemplo, os Estados-Membros pagaram milhões de euros para aumentar e modernizar a frota pesqueira de atum-rabilho da União Europeia, apesar do estado crítico das suas unidades populacionais, de uma redução contínua da quota permitida e do acordo da Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (CICTA) para reduzir a capacidade da frota.

De facto, os subsídios da União Europeia são, em larga medida, responsáveis pela superação dos níveis sustentáveis da capacidade piscatória pela UE – nalgumas pescarias por um fator de dois ou três, conforme estimado pela Comissão Europeia. A sobrepesca está generalizada nas águas europeias. Mais e maiores embarcações significam mais concorrência económica por uma base de recursos cada vez mais escassa. São atualmente alvo de sobrepesca 39 por cento das unidades populacionais avaliadas no Atlântico e 88 por cento no Mediterrâneo⁴. Estimou-se que a sobrepesca poderia custar-nos anualmente mais de 3 mil milhões de euros em oportunidades perdidas de criação de rendimento, considerando que as unidades populacionais recuperadas poderiam sustentar mais de 100.000 postos de trabalho⁵. Eliminar a assistência que proporciona incentivos à sobrepesca é fundamental para recuperar as unidades populacionais de peixes e garantir um futuro viável para o setor.

Recomendações das ONG:

- *Votar contra a assistência para a renovação de frotas (novo Art. 32.b), conforme aprovado pela Comissão das Pescas com uma margem extremamente reduzida de 12:11,*
- *Votar contra alterações que introduzam medidas que apoiem a manutenção e o aumento da sobrecapacidade, incluindo apoios para a substituição de motores (artigo 39), cessação temporária (novo artigo 33.a), fundos mútuos (novo artigo 33.b), aquisição de primeiras embarcações por parte de jovens pescadores (novo artigo 32.a).*

Para mais informações, contactar:

Johanna Karhu	BirdLife Europe	+32 (0)478 887 288	johanna.karhu@birdlife.org
Saskia Richartz	Greenpeace	+32 (0)2 274 19 02	Saskia.Richartz@greenpeace.org
Cathrine Schirmer	OCEAN2012 Coalition	+32 (0)483 66 69 67	cschirmer@pewtrusts.org
Vanya Vulperhorst	Oceana	+32 (0)479 92 70 29	vvulperhorst@oceana.org
Roberto Ferrigno	WWF	+32 (0)2 27438811	rferrigno@wwf.eu

⁴ COM(2013) 319 Comunicação final da Comissão ao Conselho respeitante a uma consulta sobre Possibilidades de Pesca para 2014

⁵ nef (new economics foundation) (2012), Jobs Lost at Sea (postos de trabalho perdidos no mar) - Londres
<http://www.neweconomics.org/node/1968>.